

Cânone e cânones: um plural singular

Maria Eunice Moreira
Pontifícia Universidade Católica (PUCRS)

Harold Bloom abre o prefácio de seu *O cânone ocidental*, o mais famoso livro sobre o assunto na contemporaneidade, valorizando o cânone pela relação que estabelece entre o homem e sua finitude. Ao promover a defesa do cânone em meio a seus colegas norte-americanos e sobretudo àqueles vinculados aos estudos culturais, desvalorizados por Bloom, diz esse que a existência do cânone resulta da impossibilidade humana de ler todos os livros disponíveis: *Aquele que lê, deve escolher, posto que literalmente não há tempo suficiente para se ler tudo, ainda que não se fizesse outra coisa na vida.* Frente à contingência humana, em que sabe que seu tempo é limitado, o homem tem de selecionar o que quer ler e, nessa tarefa, ele acaba por organizar o cânone individual.

Quando Bloom se refere ao cânone ou quando nós falamos de cânone (ou cânones), estamos tratando especificamente de que entidade? O que entendemos por tal designação? Para compreender seu sentido, é necessário recuar no tempo e tentar recuperar o significado primeiro da palavra, entre os gregos. Etimologicamente, cânone procede de *canon*, que designava uma vara ou canudo reto de madeira que os carpinteiros usavam para mensurar o espaço de trabalho. No transcurso do tempo, a regüinha passou a significar lei ou norma de conduta, abrangendo em seu sentido uma conotação moral. Quando o termo chegou à área da filosofia, os filósofos alexandrinos o utilizaram para identificar a lista de obras escolhidas por sua qualidade e empregadas para orientar o uso

da língua, consideradas exemplares ou modelares, isto é, dignas de imitação. No âmbito religioso e especialmente no que concerne às Escrituras, a palavra *cânone* foi empregada a partir do século três depois de Cristo, embora seja possível verificar seu uso mais antigo com o sentido de regras ou leis da vida religiosa, chamadas *cânones*, para distinguir das regras da vida civil.

Do substantivo *cânone*, procede o adjetivo *canônico* e o verbo *canonizar*, que se refere tanto à recepção de um texto como à identificação de um homem religioso, considerado como santo ou escolhido. O uso religioso do termo dominou até o século XVIII, quando a palavra recuperou seu significado primitivo, voltando a ser utilizada no sentido que lhe atribuíram os filólogos alexandrinos, isto é, como confecção de lista dos autores (escritores e oradores) mais significativos para estudo da língua, sentido com o qual ingressou no campo histórico. Nessa retomada, porém, conservou do seu núcleo original pelo menos dois aspectos: 1. o *cânone* pode ser entendido como norma ou regra e, por conseqüência, transforma-se em modelo; 2. o *cânone* expressa-se numa relação ou lista de autores que contém em si a idéia de seleção, uma vez que essas obras destinam-se ao estudo ou à imitação.

Segundo Harold Bloom, a palavra religiosa *cânone* converte-se, então, num processo de eleição entre textos que competem para sobreviver, ainda que se entenda que essa eleição possa ser influenciada e realizada por grupos sociais dominantes, instituições educativas, tradições críticas ou até mesmo por condicionantes individuais. O conceito e a significação que Bloom atribui à palavra *cânone* remete a uma questão extremamente significativa no contexto contemporâneo. O autor de *O cânone ocidental* chama a atenção para o fato de que o *cânone*, hoje, vincula-se de forma estreita e direta com as instituições responsáveis por sua subsistência e manutenção. Ao contrário da Igreja, que administrava o uso e o sentido da palavra, na atualidade a administração do *cânone* não está afeta a apenas uma instituição, mas nela se envolvem círculos culturais diferenciados. Se a universidade constitui um espaço privilegiado nessa tarefa, outras instâncias atuam diretamente na seleção e preservação de obras e autores: editoras, grupos sociais comprometidos com a crítica literária; organismos e sociedades literárias definem suas escolhas, permitindo a entrada de alguns e a retirada ou a não aceitação de outros.

Numa outra acepção do termo, Frank Kermode¹ afirma que determinados textos obtêm, de algum modo, uma certa *autorização* para sua exegese, permanecendo sempre prontos e disponíveis para intermináveis explicações. A formação do *cânone*, nesse caso, não se dá através de um trabalho de aceitação dentro de um conjunto severamente limitado de textos dotados de autoridade, mas através de sua introdução num colóquio crítico continuado. Seguindo essa argumentação, as ressonâncias históricas de um texto (sua maior ou menor relação com outros textos), a multiplicação de seus significados (o grau de sua polivalência), a habilidade com que é introduzido na esfera crítica (através de um patrocinador adequado) e a congruência de seus possíveis significados e as preocupações atuais dos críticos, todos esses elementos atuam para determinar o grau de interesse que um determinado texto pode suscitar e durante quanto tempo isso persistirá.

Colocado na discussão da contemporaneidade, em que vários fatores interferem na definição e construção do discurso historiográfico, a história da literatura seleciona textos que, no agrupamento de seus semelhantes, vão formando o cânone. Esse, tal qual a formação discursiva de que se origina (a história da literatura), altera sua formulação, transformando seu singular – cânone – num plural – cânones – mais condizente com as teorias e as proposições que norteiam a escrita historiográfica.

Quantos são os cânones?

Num texto fundamental para o estudo e a compreensão do cânone, inclusive por sua reiterada citação na discussão sobre o tema, intitulado **Literatura européia e Idade Média** e publicado em 1948, Ernst Robert Curtius² atribui sentidos diferenciados à palavra cânone, dependendo do círculo ou do ambiente de onde ela provém. Para Curtius, há três tipos de cânone: o cânone da igreja, o cânone medieval e os cânones modernos. Privilegiando os dois primeiros, no que se refere à igreja e à Bíblia, Curtius utiliza cânone como listas literárias autorizadas, com variações de um período a outro ou de um país a outro; no cânone moderno, considera, especialmente, as relações entre as obras que a Itália, França, Alemanha e Espanha definiram como *clássicas*, tratadas num capítulo sintomaticamente intitulado *Classicismo*, um termo que depende, não do grau de apoio autorizado, mas do grau de Romantismo da literatura de cada país.

Em 1979, Alastair Fowler³ escreveu um artigo em que distingue seis tipos de cânones que, pelo menos no meio europeu, encontrou ampla aceitação.⁴ Para Fowler, os tipos de cânone são os seguintes: 1 – *potencial*, que compreende teoricamente todo o *corpus* literário escrito, incluindo a literatura oral que ainda disponível; 2 – *acessível*, parte do cânone potencial e disponível num dado momento; 3 – *seletivo*, o cânone eleito para uma antologia, programa, resenhas e estudos; 4 – *oficial*, resultante da mescla das listas anteriores; 5 – *pessoal*, o conjunto de obras que os leitores selecionam, porque conhecem e valorizam; 6 – *crítico*, construído em função das obras selecionadas pelos estudos, artigos e livros de valor crítico.

A utilidade da taxionomia de Fowler é logo relativizada quando submetida a um exame mais atento, uma vez que para ela ocorrem critérios diferenciados; conceitos que carecem de maior explicitação e categorias que necessitam de maior expansão. A fragilidade da proposta é logo notada, bastando que se pergunte, por exemplo, qual é o conceito de literatura que a orienta ou como os indivíduos compõem seus cânones pessoais, ou até mesmo onde incluir obras e autores que não respondam ao modelo apresentado. O que ocorre com autores e obras que durante séculos e séculos recebem reconhecimento especial? O que fazer com autores contemporâneos que fogem ao padrão literário e consagram-se, independentemente da academia ou da universidade? Que conhecimento literário é exigido para organização do cânone? No cânone incluem-se os escritores nacionais ou o conjunto da produção literária da humanidade? Inclui-se Aristóteles? Cícero? Menciona-se Homero, Milton, Dante? E, na literatura brasileira, começa-se por Bento Teixeira ou por Anchieta? Consideram-se as obras e os autores do

período anterior à independência, quando o Brasil vivia o período colonial? E se assim for, relacionam-se os escritores nascidos no Brasil ou os portugueses que aqui viveram e escreveram? Que critérios, então, orientam a organização do cânone?

As várias perguntas que a discussão e a organização do cânone suscitam e para as quais as respostas não chegam tão prontamente ensinam apenas que é impossível pensar num cânone monolítico e homogêneo. À unidade do cânone bíblico sucede-se a variedade e diversidade das seleções dos dias de hoje. Uma geração conhece e lê aquilo que a geração antecedente lhe passou como legado – a impossibilidade de um cânone monolítico e contínuo já cai por terra nessa simples constatação. Além disso, em cada época atribuem-se valores distintos aos produtos artísticos, do que resulta que há gêneros considerados mais canônicos que outros. O poema atravessa a literatura ocidental, desde a Grécia até a América, enquanto a epopéia perde seu valor em favor de outras categorias literárias. Fatores diversos combinam-se, pois, para determinar a seleção e a rejeição de nomes na organização dos cânones hodiernos. Valores políticos e ideológicos interferem na construção das organizações estéticas. Por exemplo, é consoante com a atualidade a rejeição de valores aristocráticos que cedem seu lugar a interesses considerados *politicamente corretos*, sejam eles ideológicos (o marxismo, por exemplo), de grupos (as feministas) ou comportamentais (a literatura dos *gays*) ou até mesmo de setores marginalizados da sociedade (a literatura produzida pelos presidiários). Ignorados até há pouco tempo pela *oficialidade*, esses produtos, no melhor dos casos, circulavam entre a comunidade dita alternativa, quando, na situação pior, sequer eram conhecidos e aceitos, desconsiderando-se totalmente sua realidade.

Oficiais ou marginais, restritos ou amplos, todos os cânones são seletivos e, como tal, elitistas. Todo cânone está em processo e em permanente atualização e falar em abertura do cânone é uma redundância, pois esse está aberto, tanto para as exclusões quanto para as inclusões. Mas, para que servem os cânones? Que função exercem? O que se busca na seleção que o compõe?

Para que serve o cânone?

Entendido como uma relação ou lista que conserva tudo aquilo que foi escrito, o cânone funciona como uma espécie de memória literária, uma espécie de Biblioteca de Alexandria que, caso ainda existisse, guardaria todo o patrimônio literário da humanidade. Trazido para o contexto da contemporaneidade, o cânone transforma seu conceito, passando a ser entendido como uma lista seletiva desse material, na qual importa menos discutir os nomes de autores e de obras que o compõem, do que a função que se pode atribuir a essa relação (ou cânone).

Wendell Harris⁵, num estudo denominado *La canonicidad*, orienta-se pela idéia de que o cânone se constrói a partir do como determinadas obras são lidas, e não pelas obras em si mesmas. O cânone, nessa concepção, é entendido como uma metalinguagem, na qual o que é selecionado não é o produto primeiro (a obra), mas leituras que se acumulam sobre esse objeto. Nessa linha, Harris atribui algumas funções ao cânone, assim resumidas:

1 - Prover modelos e inspiração - Por diferentes motivos, o cânone conserva seu caráter exemplar, ainda que as regras que nele se busquem mudem de um período para outro. Os alexandrinos, por exemplo, elegeram os textos que ofereciam modelos para usos gramaticais; Cícero e Quintiliano acreditavam que um orador precisava de textos que dessem corpo às distintas virtudes sociais; os professores do século passado buscavam nos escritos dos autores as regras para a formação do pensamento e da retórica de seus alunos.

2 - Transmitir a herança do pensamento - O cânone carrega em si o conhecimento cultural básico para a interpretação dos textos do passado. Em certo sentido, o cânone responde pela cultura literária e acionar a seleção feita pelo passado é dialogar com esse passado, visando reconhecer nele os valores que o conformaram.

3 - Criar marcos de referência - O cânone aproxima a comunidade interpretativa, da mesma forma que uma comunidade de crentes pressupõe sua doutrina. Embora o cânone não ofereça os critérios para a seleção das obras, expressa um conjunto de regras ou pontos comuns que são compartilhados pelo grupo de homens de letras. Ler uma obra canonizada é por assim dizer, reconhecer as regras que declaram o literário.

4 - Legitimar a teoria - O cânone contém textos que podem ser legitimados por diferentes teorias estéticas. Um crítico adepto do *new criticism*, por exemplo, ou do marxismo, provavelmente selecionará os textos que, de modo mais adequado, ajustem-se ao poder da teoria que preconiza.

5 - Oferecer uma perspectiva histórica - Segundo uma concepção tradicional, os textos literários proporcionam luz à época em que foram escritos, da mesma forma que os fatos históricos influem na composição das obras, na seleção de temas ou na interpretação correta dos textos. As relações entre história e literatura até então vigentes modificam-se e a mudança de perspectiva sugere, atualmente, que a busca não é da história que há no texto, mas como e por que certos textos têm poder num determinado momento histórico.

6 - Pluralizar - Oferecer uma pluralidade, de modo que a lista entendida como cânone apresente um espectro variado da produção literária - temas, gêneros, grupos, tendências, teorias e conceitos.

Assim apresentado, um texto somente seria canônico se cumprisse as funções acima descritas por Wendell Harris. Numa lição mais simples, pode-se submeter o texto a uma velha pela qual deve passar para que se possa declará-lo canônico: somente poderá pleitear a condição de escolhida a obra que, pelo menos, justifique sua releitura. A simplicidade da fórmula ensina isso: o livro que nunca mais foi lido não faz jus ao ingresso no mundo dos eleitos.

Por que o cânone?

Algumas razões parecem justificar a resposta:

1 - O cânone possibilita a recuperação de uma história das histórias da literatura, isto é, a análise de como se constroem as narrativas que contam a história cronológica do

florescimento, do apogeu e da decadência das literaturas; como se escolhem autores e obras, o que se destaca quando se estudam escolas e movimentos literários; que critérios norteiam essas organizações; como se distribuem e como delimitam épocas e períodos.

2 - O cânone possibilita a legitimação do discurso sobre a literatura (manifestos, revistas, antologias) e que produz conceitos (estéticos, teóricos, críticos).

3 - O cânone define as pautas de leitura e interpretação, porquanto define modelos e estabelece critérios de valoração.

4 - O cânone revela as instituições em que se aloja a literatura e seu entremeado jogo de influências (universidade, academias) e as relações que essas instituições estabelecem com o público leitor, através de prêmios, concursos e organismos sócio-culturais que sustentam os fatos literários.

O cânone é isso e muito mais. Se o cânone existe porque somos mortais – volto agora ao ponto de partida-se o cânone existe, porque somos mortais e porque nosso tempo é limitado, devemos escolher aquilo que ainda queremos (e podemos) ler. O cânone, nesse sentido, é o *ministro da morte*⁶, e seu *tema central é a mortalidade ou a imortalidade das obras literárias*⁷. Se fôssemos literalmente imortais ou se nossa vida dobrasse de duração quando atingíssemos cento e quarenta anos toda a discussão sobre o assunto seria vã e teríamos o direito de abandonar o assunto, mas temos apenas um intervalo de tempo, nessa linha que entendemos por vida, e esse espaço de tempo deve ser preenchido com os bons textos que a humanidade produziu. Assim, se nosso tempo é limitado e curto, o que devemos reler? Desde Homero até Kafka há uma viagem de três milênios, na qual vamos encontrar muitos outros portos que justificam uma revisita. O cânone se compõe, portanto, de muitos lugares, de variados espaços (as obras) que, de tempos em tempos, devem ser revisitados, e que, sobretudo, convidam a lançar uma nova mirada em busca das descobertas que só a literatura é capaz de provocar.

Notas

¹ KERMODE, Frank. *El control institucional de la interpretación*. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco, 1998. p. 91-112.

² CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europea y Edad Media latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

³ FOWLER, Alastair. *Género y canon literario*. In: GARRIDO GALLARDO, M. E. *Teoría de los géneros literarios*. Madrid: Arco, 1988. p. 95-127.

⁴ Wendell Harris, no estudo intitulado *La canonicidad*, registra textualmente: La propuesta de Alastair Fowler de distinguir seis tipos de cánones há encontrado amplia aceptación. HARRIS, Wendell. *La canonicidad*. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998. p. 48.

⁵ HARRIS, Wendell. *op. cit.* p. 37-60.

⁶ BLOOM, Harold. *Elegía al canon*. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998. p. 208.

⁷ BLOOM, Harold. *op. cit.* p. 216.